

A Amazônia e o novo paradigma do desenvolvimento

RAUL PAULO SARMENTO - Economista, Professor da UNAMA das disciplinas Economia Brasileira Contemporânea e Teoria e Técnica de Planejamento, Especialista em Consultoria e Diretor de Programas e Projetos Integrados de Assistência Técnica de Coordenação do Planejamento Regional da SUDAM.

A década de 80 foi marcada por uma grande preocupação por parte dos governos europeus e dos Estados Unidos da América com os aspectos ambientais, em função, principalmente, da exaustão das reservas naturais, que, apesar de renováveis, foram gradativamente extintas pela ação predatória do homem, como agente econômico. Essa preocupação, na atual década, tem sido intensificada através de ações das entidades ambientalistas, tanto nacionais como internacionais, que dedicam grande parte dessa preocupação à Amazônia Brasileira.

O entendimento universal de que a Amazônia dispõe de uma grande variedade de recursos naturais, e que correm o risco de um possível esgotamento face à ação antrópica dos últimos vinte anos, levou o Governo brasileiro a implementar uma série de medidas voltadas, em primeiro plano, à adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de inserir a Região no novo paradigma do desenvolvimento globalizado. Em segundo plano, para o estabelecimento de uma nova ordem de intervenção institucional planejada, capaz de fortalecer a soberania nacional nos assuntos referentes à Região, destacando a sua importância para o Brasil e para o mundo.

Frente a esse novo paradigma de análise econômica, surge a tendência natural de regionalizar as atividades, tendo como referencial basilar o binômio globalização-regionalização, atuando sobre a base geográfico-espacial, intensificando a competição inter e intra-regional e invertendo o tradicional modelo de ocupação econômica em que a política regional

determinava a unificação espacial.

Atualmente, a necessidade de ampliar a capacidade competitiva da Região, mais do que integrar os subespaços, tem causado a desagregação espacial da base econômica regional, inviabilizando a eficácia de uma política de incorporação da Amazônia ao processo nacional e internacional de expansão econômica.

Em outras palavras, a Amazônia apresenta uma base econômica extremamente concentrada em bases territoriais sob a influência das grandes cidades, o que constitui, no atual contexto desenvolvimentista, fator de limitação ao sucesso da política de intervenção planejada, preconizada pelo Poder Público para a Região. Essa constatação leva, necessariamente, ao questionamento da existência de uma política efetiva de desenvolvimento para a Amazônia, ao longo desses anos de intervenção planejada.

Com efeito, se tomarmos como base os princípios elementares que norteiam a concepção de uma estratégia de intervenção que priorize o aproveitamento racional das potencialidades e suas vantagens comparativas, de modo que a Região atinja níveis de desenvolvimento comparáveis ao de outras regiões mais desenvolvidas, conclui-se, então, que os diversos Planos de Desenvolvimento concebidos, desde 1953, não conseguiram transformar as ações planejadas em resultados efetivos, o que determina a fragilidade das políticas de desenvolvimento regional.

Entretanto, não se pode negar que algumas transformações ocorreram nas últimas décadas na Amazônia em função da intervenção planejada que, de um modo geral, promo-

veram um acelerado crescimento a economia, propiciando a diversificação e modernização da estrutura produtiva, conforme atestam alguns indicadores econômicos.

Nas últimas duas décadas, o Produto Interno Bruto Regional¹ apresentou taxas de crescimento da ordem de 14,5% e 6,0% ao ano, respectivamente, permitindo que a renda per capita atingisse, em 1990, US\$ 1.200, em oposição à cifra de pouco menos de US\$ 200 verificada em 1970. A participação da Região no PIB nacional elevou-se, no período 1970/90, de 4% para 7,2%.

Mudanças relevantes foram, também, processadas na composição da estrutura do PIB regional. O setor industrial elevou a sua participação no total da renda de 12%, em 1970, para 34%, em 1990, com ênfase para a indústria de transformação, principalmente nas atividades produtoras de bens de capital e de consumo duráveis.

Não obstante esses indicadores positivos, os resultados em termos de desenvolvimento regional são limitados, já que o processo de crescimento teve uma reduzida articulação endógena, com pouca internalização da renda e do emprego.

Entretanto, como já antes mencionado, esse processo de crescimento ocorreu de forma altamente concentrada, podendo-se identificar cinco sub-regiões de concentração de investimentos: o sul do Pará; o norte do Mato Grosso, com extensão até Rondônia; os elos internacionais, envolvendo a região metropolitana de Belém, a Zona Franca de Manaus e o corredor do Grande Carajás, com seus respectivos entornos.

Essa concentração teve como principais resultados a segmentação do espaço regional e o estabelecimento de significativa diferenciação sócio-econômica, que extrapolou o corte administrativo dos Estados, gerando desequilíbrios internos e disputas políticas pelos benefícios do progresso econômico.

Porém não se trata, no atual momento,

de criticar as políticas desenvolvimentistas do passado, mas levar a discussão para o que fazer frente aos novos desafios do desenvolvimento. No caso da Amazônia, esses desafios passam pelo processo de redefinição do espaço econômico, motivado, principalmente, pela nova concepção de desenvolvimento regional ditada pela abertura econômica e, em alguns casos, pela influência dos movimentos políticos e sociais que modificam a configuração em algumas sub-regiões.

Assim, uma nova postura da Poder Público deve ser incorporada ao modelo de desenvolvimento, tendo como base a redefinição do processo de planejamento e a gestão do espaço regional, de modo que se possa minimizar os efeitos desagregadores da globalização econômica e da abertura comercial. Isso pressupõe a necessidade de um reordenamento da Política Espacial vinculada à priorização de subespaços de economias emergentes, com segmentos produtivos de moderna tecnologia e alta capacidade competitiva.

Não se trata mais de considerar a Amazônia como ativo internacional, mas considerá-la como parte integrante de todo um processo de desenvolvimento, onde não existem mais fronteiras para o crescimento econômico e no qual as ditas vantagens comparativas admitem configurações diferentes, frente ao comércio internacional globalizante. Nesse sentido, trata-se agora de preparar a Amazônia para um futuro que vai ser dominado pela ação dos blocos econômicos regionais, com forte tendência de concentração da riqueza.

Para isso, torna-se necessário que as ações do Poder Público voltem-se para a solução do principal ponto de estrangulamento da política desenvolvimentista regional: a infra-estrutura econômica. Não se pode pensar em futuro para a Amazônia se não dotá-la da infra-estrutura necessária ao apoio de investimentos produtivos. Ao lado disso, sem prejuízo das atividades tradicionais, deve-se priorizar os investimentos com forte desenvolvimento tecnológico, pois

1. IPEA " PRODUTO INTERNO BRUTO POR UNIDADE FEDERADA " 1996

só assim a Região pode se inserir no moderno contexto econômico da competitividade e modernidade.

Outro fator a ser considerado nesse processo de transformações, sem dúvida alguma, é a necessidade de se investir em desenvolvimento de recursos humanos, estabelecendo-se uma base sólida de conhecimentos científicos e tecnológicos de apoio aos fatores de produção, de modo que a Região possa dispor de estoque próprio de mão de obra qualificada, no nível que requer o dinamismo das atividades produtivas modernas.

De um modo geral, a questão regional deve ser tratada como um desafio, num

momento de transição da economia brasileira, do antigo para o atual padrão de desenvolvimento, quebrando-se os elos do modelo tradicional adotado ainda nos anos 60. Nesse sentido, faz-se necessário a instituição de um processo de planejamento condizente com a diminuição da capacidade de investimentos do Governo federal, com o novo equilíbrio federativo propiciado a partir da Constituição de 1988 e a conseqüente alteração nos pólos de poder nos diversos níveis do Estado brasileiro, revendo-se as prioridades setoriais, instituindo-se programas de âmbito espacial e redefinindo-se o papel dos instrumentos voltados para o financiamento do desenvolvimento.